

## SABERES ELEMENTARES MATEMÁTICOS PRESENTES NAS REFORMAS CURRICULARES DE SANTA CATARINA (1904- 1914)

*Yohana Taise Hoffmann  
Universidade Federal de Santa Catarina  
yohana.thc@gmail.com*

### **Resumo:**

Esta comunicação intenta apresentar as primeiras aproximações das investigações realizadas no âmbito da História da educação matemática no PPGECT/UFSC<sup>1</sup>, nível de mestrado. O período cronológico delimitado por esse trabalho compreende os anos de 1904 a 1914, a justificativa para tal recorte está associada ao momento em que o governo catarinense já demonstrava interesse na implantação dos Grupos Escolares, pela Lei n. 636 de 12 de setembro, até o Decreto n. 794 de 2 de maio de 1914, que aprova e adota o Regimento Interno dos Grupos Escolares. Tem-se como objetivo identificar e compreender quais eram as finalidades e objetivos do ensino de aritmética da época, através de leis, decretos, resoluções e programas de ensino, nos auxiliando na compreensão da relação escola e sociedade.

**Palavras-chave:** História da educação matemática; Reforma Educacional; Grupos Escolares; Saberes Matemáticos.

### **1. Considerações Iniciais**

A perspectiva teórica da História da educação matemática que nos orientam<sup>2</sup> baseia-se na História Cultural sabendo que não é possível produzir uma história total, no qual o ofício do historiador é produzir uma história para compreender o passado. Cabe ao historiador a produção de fatos históricos, a partir de seu trabalho com as fontes, com os documentos do passado, do processo de interrogações que fazemos às fontes (VALENTE, 2007).

[...] nunca percebemos todas as faces de um cubo ao mesmo tempo, só temos um ponto de vista parcial; em contraposição, podemos multiplicar esses pontos de vista. Assim se passa com os acontecimentos: sua inacessível verdade integraria os inumeráveis pontos de vista que teríamos sobre eles, e todos seriam detentores de sua verdade parcial (VEYNE, 1998, p. 46).

Corroborando com as ideias de Veyne (1998) buscamos por meio dos documentos construir uma História da educação matemática como uma representação do passado, possibilitando ao professor construir novas representações, que auxiliem na realização de uma melhor prática de ensino e aprendizagem em tempo atuais. Enfatizando que a história não é

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>2</sup> O uso dos verbos na terceira pessoa do plural é uma opção dos autores, caracterizando estudos coletivos, imbricado de muitas vozes, oriundas do diálogo com as ideias de autores, teorias, colegas e professores.

uma transmissão direta e linear, uma relação de causa e consequência, mas devem ser desnaturalizadas concepções romantizadas e memorialísticas (LEME DA SILVA; VALENTE, 2013).

O campo de pesquisa em História da educação matemática contribui para a formação do professor, quando são desnaturalizadas concepções a respeito de práticas pedagógicas que estavam enraizadas, desconstruindo as representações do passado e realizando novas baseadas em críticas a documentos e fontes que foram organizados em outras épocas. Assim podemos justificar a importância do estudo da História da educação matemática na formação de professores:

[...] um professor de matemática que mantenha uma relação a-histórica com os seus antepassados profissionais possa, com a apropriação dessa história, se relacionar de modo menos fantasioso e mais científico com esse passado. Isso tende a alterar as suas práticas cotidianas, que passam a ser realizadas de modo mais consistente (VALENTE, 2013, p.28).

Sendo assim, o ofício do pesquisador da História da educação matemática é de produção da história, como uma representação sobre o passado. Segundo Chartier (1990) o conceito de *representação* remete as formas de compreender a realidade, de construí-la ou modificá-la. Considerando que esses documentos são *representações* dos acontecimentos vividos por aquele(s) sujeito(s), articula três modalidades da relação com o mundo social:

[...] em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionais e objetivas graças às quais uns “representantes” (instâncias coletivas ou pessoa singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (CHARTIER, 1990, p. 23).

Segundo Chartier (1990), as representações não são discursos neutros, pelo contrário, produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outras, a legitimar projetos reformadores ou a justificar, para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas.

No entanto, a reforma tanto do Estado quanto da Educação são fenômenos político-culturais historicamente interrelacionados, embora a premissa de que “a palavra reforma abrange diferentes conceitos ao longo do tempo, dentro do contexto dos desenvolvimentos históricos e das relações sociais” (POPKEWITZ, 1997, p. 22).

O currículo, como um processo historicamente construído pela sociedade, expressa ideologias e relações de forças dominantes. “[...] O currículo sanciona socialmente o poder através da maneira pela qual (e as condições pelas quais) o conhecimento é selecionado, organizado e avaliado nas escolas” (POPKEWITZ, 1994, p. 205).

[...] as teorias curriculares atuais geralmente não apresentam explicações ou hipóteses sobre o que é comprobatório, o que está diante dos olhos. As teorias atuais não são curriculares, são meros programas; são utópicas, não realistas (GOODSON, 2008, p. 47).

As teorias curriculares, auxiliam não para realizarmos críticas as propostas curriculares (currículo, programas) que estavam postos na época dos Grupos Escolares em Santa Catarina em relação aos saberes elementares de aritmética. Mas em formular questões para compreendermos: quais eram os objetivos e finalidades do ensino da aritmética na época, quais eram os objetivos prescritos pela escola, preocupava-se em formar o cidadão para qual realidade? São várias questões que emergem a luz das teorias curriculares, tanto tradicional, crítica e pós-crítica.

Inicialmente, as teorias do currículo visavam responder as seguintes questões: Qual o conhecimento que deve ser ensinado? O que os alunos devem saber? Qual conhecimento é importante para ser considerado parte do currículo? O currículo é um artefato social e cultural, o que faz com que ao tentarmos compreender suas implicações, devemos pensar em suas determinações sociais e históricas que envolve sua produção.

[...] O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada de conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada as formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (SILVA; MOREIRA, 2011 p.14).

Nesta perspectiva, compreender o currículo não como uma prescrição, mas como uma construção social, sendo que os estudos sobre a história do currículo oferecem pistas para analisar questões complexas entre as relações escola e sociedade. Analisar as propostas curriculares, através de leis, decretos, resoluções, relatórios, atas e programas de ensino, nos auxiliará na compreensão do contexto educacional da época, e corroborar na identificação dos objetivos e finalidades do ensino dos saberes elementares de aritmética em tempos de Grupos Escolares em Santa Catarina, presentes nos programas de ensino de 1911 e 1914.

## 2. Reforma da Instrução Pública em Santa Catarina: Grupos Escolares (1904-1914)

[...] O valor sociológico das leis de educação continua existindo mesmo quando ocorre uma certa defasagem entre a lei e a realidade. Neste caso, as determinações legais seriam mais um reflexo de aspirações do que propriamente imagem da realidade social (FIORI, 1975, p.19).

Temos como objetivo apresentar uma leitura acerca da implantação dos Grupos Escolares em Santa Catarina, tecida com base na legislação do ensino na época, presentes nas leis, decretos, resoluções, pareceres, relatórios e programas.

Com o fim da Monarquia e o início da República a escola primária em Santa Catarina, ainda possui grandes desafios. No ano de 1904 a Lei n. 636 de 12 de setembro já mencionava a construção ou adaptação de instituições de ensino com as características dos Grupos Escolares nos municípios que dispusessem de recursos para sua implantação, assim como a contratação do corpo administrativo adequado para essas escolas, menciona também a intenção do aproveitamento de professores já formados pela Escola Normal como Diretores dos Grupos Escolares.

Na primeira década do século XX, o governador de Santa Catarina, Gustavo Richard (1906-1910), busca implementar no estado algumas ações que vinham sendo construídas nos estados de São Paulo e Minas Gerais, como referência de modernidade para o ensino. No ano de 1907 o Decreto n. 348, de 7 de dezembro, expede o Regulamento da Reforma de Instrução Pública do Estado, prevista na Lei nº 423, de 11 de outubro de 1899, que deveria entrar em vigor a partir de 1 de fevereiro de 1908.

[...] que o Regulamento da Instrução Pública, actualmente em vigor, carece de uma reforma, de modo a melhorar as condições gerais do ensino tanto primário como secundário normal, adaptando-o aos melhores moldes da pedagogia moderna, já tornando *effectivamente obrigatório* o ensino primário (RICHARD; CUNHA, 1907, p.59).

A leitura do Regimento Interno da Instrução Pública nos dá pistas da finalidade da escola prescrita na época. Publicado pelo Decreto n. 348, de 7 de dezembro de 1907, a respeito da organização do ensino, o Art. 9 deste regimento informa que “a Instrução Pública do Estado tem por fim preparar a mocidade para o bom desempenho dos deveres de cidadão” (RICHARD; CUNHA, 1907, p.7).

Outro documento emblemático é o Decreto n. 348, de 7 de dezembro de 1907. Este documento revela quais conhecimentos eram considerados importantes para o bom desempenho dos deveres desse cidadão que está sendo formado, a saber:

Art. 52. As escolas públicas do Estado são destinadas exclusivamente ao ensino primário gratuito.

Art. 53. O ensino nas escolas primarias comprehende:

I Primeiras letras

II Leitura

III Escripta

IV Grammatica elementar da lingua portugueza

V Arithmetica elementar até regra de juros, inclusive o systema métrico decimal.

VI Deveres cívicos e Moraes

VII Noções de Historria e Geographia do Brasil, com especialidade do Estado

VIII Agronomia pratica (nas escolas ruraes)

IX Trabalhos de agulha, crochet, bordados, crivos e rendas (nas escolas do sexo feminino) (RICHARD; CUNHA, 1907, p.14).

Os deveres dos professores estavam presentes no “Art. 138. Ao professor publico primario cumpre: IV Desenvolver em seus alunos o amor e a aplicação ao estudo e incutir-lhes, pela palavra e pelo exemplo, o sentimento do bem e da virtude” (RICHARD; CUNHA, 1907, p.25). O Art. 152 do mesmo documento enunciava a obrigatoriedade do ensino como podemos observar no seguinte trecho: “Fica desde já estabelecido em todo o Estado a obrigatoriedade do ensino primario para todas as crianças de ambos os sexos, da idade de 7 a 12 annos” (RICHARD; CUNHA, 1907, p.27).

No ano de 1908 o Decreto n. 373 de 25 de março, adota na forma do Regulamento Geral da Instrução Pública, o Regimento Interno para as escolas primárias. Em 1910, governo de Vidal José de Oliveira Ramos, é criado a Lei n. 846 em 11 de outubro, para reformar o ensino público catarinense, mais conhecida como Reforma Orestes Guimarães.

No ano seguinte o Decreto n. 585, de 19 de abril, reorganiza a Instrução Pública; o Decreto n. 587, de 22 de abril, aprova e manda observar o programa de ensino dos Grupos Escolares; e o Decreto n. 588, de 22 de abril, manda observar nos Grupos Escolares, o Regimento Interno (SANTA CATARINA, 1980).

A reforma da instrução catarinense autorizada em 1910 e levada a efeito em 1911 sob o comando de Orestes Guimarães é tida como a mais importante reforma do ensino deste estado. O primeiro Grupo Escolar catarinense teve como origem o Collegio Municipal de Joinville, o qual, após reformas para adaptação no valor de 11:173\$000 gastos em réis, foi reinaugurado em 15 de novembro de 1911 com o nome de Grupo Escolar Conselheiro Mafra.

Em 1912, é autorizado o Poder Executivo a contratar professores fora do Estado, para dirigirem os Grupos Escolares criados através da Lei n. 942, de 30 de agosto. O segundo Grupo Escolar foi inaugurado em 10 de dezembro de 1912, na cidade de Laguna, recebeu o

nome de Jerônimo Coelho e teve um gasto de 60:568\$650 réis. No mesmo ano, no dia 24 de dezembro, a capital inaugura seu primeiro Grupo Escolar, sendo gastos para sua construção 125:342\$649 réis, com o nome de Lauro Müller.

No ano seguinte, em 20 de maio, foi a vez de inaugurar no município de Lages o Grupo Escolar Vidal Ramos, nome do governador da época, foram gastos 70:551\$940 réis. O próximo a ser inaugurado foi o Grupo Escolar Silveira de Souza, em 28 de setembro de 1913, situado na capital. Seguiu-se a inauguração, em 4 de dezembro de 1913, do Grupo Escolar Victor Meirelles, situado na cidade de Itajaí. O Grupo Escolar Luiz Delfino, de Blumenau, inaugurou em 30 de dezembro de 1913. Segundo Nóbrega (2000) os valores gastos para a construção desses três últimos Grupos Escolares foi aproximadamente 60:000\$000 réis.

O novo Regimento Interno e o novo Programa de Ensino dos Grupos Escolares em Santa Catarina de 1914 foram adotados pelos seguintes decretos: Decreto n. 794, de 2 de maio - aprova e manda observar o Regulamento Instrução Pública; Decreto n. 795, de 2 de maio - aprova e adota o Regimento Interno dos Grupos Escolares; Decreto n. 796, de 2 de maio - aprova os programas de ensino para os Grupos Escolares e Escolas Isoladas (SANTA CATARINA, 1980).

A organização administrativa presente no Regulamento Geral da Instrução Pública de 1914 estabelece no Art. 1. que a direção suprema do ensino cabe ao Governador do Estado, que terá como auxiliares: a) o Secretario Geral, representado por Caetano Vieira da Costa; b) o Inspetor Geral do Ensino, nomeado o reformador Orestes Guimarães; c) o Diretor da Instrução Pública, representante Horácio Nunes Pires; d) os Inspetores Escolares; e) os Chefes Escolares (REGIS, 1914).

A distribuição do ensino público se dava em Escola Normal, destinada a formação de professores; Escolas Complementares, duração de três anos, formação mais geral e ao final é permitido o ingresso no último ano da Escola Normal; os Grupos Escolares, Escolas Isoladas – Preliminares, regidas por normalistas; Intermédias são regidas por professores vitalícios ou efetivos, normalistas ou não; e Provisórias regidas por professores nomeados, independente de concurso – Escolas Ambulantes são escolas rurais e Escolas Municipais são destinadas ao ensino primário (NÓBREGA, 2000).

Abaixo segue o quadro geral do número de alunos matriculados e escolas primárias no período de 1904 a 1913:

Quadro 1: Número de Alunos Matriculados e Escolas (1904 – 1913)

Ano	Alunos Matriculados	Escolas
1904	4.478	143 – Escolas Providas
1906	4.970	
1907	6.080	144
1908	6.707	155
1909	7.792	178
1910	8.014	74 – Masculina 44 – Feminina 69 – Mistas 25 – Vagas
1911	8.035	62 – Masculina 47 – Feminina 67 – Mistas 37 – Vagas
1912	8.600	45 – Masculina 49 – Feminina 67 – Mistas 42 – Vagas
1913	2.012 – Grupos Escolares 11.721 – Escolas isoladas	07 – Grupos Escolares 53 – Masculina 60 – Feminina 71 – Mistas 35 – Vagas

Fonte: Relatórios de Governo de 1911, 1912 e 1914

Podemos perceber que a reforma educacional implementada no estado de Santa Catarina contribuiu para o aumento de escolas e o número de matriculados. No ano de 1904 havia 4.478 alunos matriculados e 143 escolas, em 1910 temos 8.014 matriculados e 212 escolas, e com o movimento da reforma educacional e as construções dos Grupos Escolares em 1913 temos 226 escolas e 13.733 alunos matriculados, ou seja, aumentou aproximadamente 71,36% o número de matriculados.

A reforma educacional no início do século XX para o estado de Santa Catarina trouxe os ideais de modernidade. A educação é beneficiada com investimentos para adaptação e construção de novas escolas. O ensino torna-se efetivamente obrigatório, tendo como finalidade formar para o bom desempenho do cidadão.

### 3. Saberes elementares matemáticos presentes nos Programas de 1911 e 1914

Os Grupos Escolares integram o projeto republicano catarinense, os quais deveriam se adequar aos padrões urbanos de modernidade dos grandes centros. A escola ditava, por seus conteúdos e formas de ensinar, os interesses da sociedade, “o preparo para produzir o cidadão

patriota, prático, higiênico, útil à pátria, o cidadão racional, entendido como aquele que respeita as leis, ama a pátria e confia no progresso social e científico” (TEIVE; DALLABRIDA, 2011, p.69)

Estas modernas instituições foram projetadas de forma a abrigar com maestria os pressupostos do método intuitivo, ou lição das coisas, que primava por um ensino que partisse do simples para o complexo, do concreto para o abstrato, do particular para o geral, da síntese para a análise, enfim, um conjunto de procedimentos que se julgava mais afinado com as necessidades da época, particularmente a necessidade de instrumentalizar desde a infância o homem que o Estado - ancorado num pretensão espírito republicano – desejava ver circulando pelas cidades e compondo seus quadros administrativos e políticos, que se ampliavam de forma ímpar numa reorganização da máquina pública “liberta” pela proclamação da República (SILVA, 2006, p. 181).

Os Programas do Ensino Primário dos Grupos Escolares de 1911 e 1914 de acordo com os conteúdos privilegiados possuem poucas diferenças, como por exemplo, o Programa de 1911 possui o ensino de caligrafia apenas no 1º ano, já no Programa de 1914 abrange todos os anos. O ensino de linguagem no Programa de 1914 é desmembrado em linguagem oral e escrita; outro conteúdo que foi desmembrado foi o de ciências físicas e naturais, no 2º ano tem-se botânica, zoologia, física e química, no 3º e 4º anos inclui o conteúdo de Mineralogia. Outra diferença está relacionada a disciplina de ginástica. No Programa de 1911 no 2º, 3º e 4º anos é ginástica e exercícios militares, no Programa de 1914 retorna apenas para o conteúdo de ginástica. O conteúdo de Aritmética continua presente em todos os anos no dois Programas do Ensino Primário dos Grupos Escolares.

Até a presente reforma educacional no estado de Santa Catarina, conhecida como Reforma Orestes Guimarães, o ensino de aritmética “era reduzido ao conhecimento das quatro operações, sem a aplicação de problemas adequados” (REGIS, 1914, p. 116). O programa de Aritmética visava o desenvolvimento inicialmente do “cálculo mental” e posteriormente, ultrapassar a “arte de saber contar”. O Programa de Ensino dos Grupos Escolares em 1911, no primeiro ano abordava os seguintes conteúdos de Aritmética:

Rudimentos das primeiras operações pelos meios concretos, com auxílio de taboinhas ou de tórnos de sapateiro.  
Ler e escrever números e aprender a ler os mapas e números.  
Uso dos sinais +, -, X, ÷, =, praticamente, nas diferentes combinações.  
As quatro operações fundamentais até 100;  
Cálculo mental. Problemas fáceis.  
Algarismos Romanos (SANTA CATARINA, 1911a, p.2).

O Programa de Ensino dos Grupos Escolares em 1914, no primeiro ano abordava os conteúdos de Aritmética de forma mais detalhada, como podemos observar:

Primeira fase: sessões *A*, *B* e *C*. A ideia de numero antes da de algarismo.

O professor muna-se de colleções de objetos iguaes, bem sensíveis á vista dos alumnos, pelas suas dimensões - lugar em que estejam colocados - e estabeleça palestras encaminhando o ensino, de modo que, apresentada uma colleção - ora de tres, ora de quatro, de seis, sete, etc., dez objetos - elles divulguem e digam quantos são, ex:

- Paulo, quantas taboinhas tenho aqui?
- Quatro taboinhas.
- (Retirando as mãos atrás das costas e apresentando a coleção aumentada).
- E agora?
- Nove taboinhas.
- E agora, Julio?
- Dez taboinhas.

(Pratiquem bem estes exercicios variando o emprego das quantidades das colleções de objetos e aumentando-as paulatinamente até 20).

*Os mesmos exercicios subtrahindo, ex:*

- Julio, quantas pedrinhas estão aqui?
- Ahi estão seis pedrinhas.
- Quantas em cada mão?
- Tres em cada mão.
- Tirando tres pedrinhas de seis pedrinhas quantas ficam, José? .....
- Olhem, são seis, tres em cada mão; eu tiro tres, quantas ficam?
- Tres.
- E agora, quantas são?
- Oito.
- Tirando duas, Mario?
- Ficam seis pedrinhas.
- E mais quatro, Placido?
- São dez pedrinhas.

(Pratique bem estes exercicios, que o professor variará á vontade.)

*Os mesmos exercicios multiplicando, ex:*

[...] *Os mesmos exercicios dividindo, ex:*

[...] *Nota.* Em geral as crianças maiores de seis annos já entram para a escola com *idéa dos cinco primeiros numeros*, porém, sem a idéa das diversas *combinações ou operações* que podem ser realizadas com esses *numeros*. - Assim, é de toda conveniencia que o professor pratique, por todos os meios ao seu alcance, os exercicios acima - *sommar, diminuir, multiplicar e dividir*, partindo estas operações ou combinações do mais *concreto* para o *abstracto*. Não deve ter pressa, pois, o ensino desta disciplina, por sua natureza, deve ser methodizado de modo que desenvolva sobretudo o raciocínio, suggira e cultive o espirito de deducção. *É pois uma phase educativa.*

(Segunda phase, Secções *A*, *B* e *C*).

Copia e leitura do quadro de Parker. Solução completa e perfeita das 24 primeiras paginas do quadro de Parker para a secção *A*; até a 16 para a secção *B* e até a 12 para a secção *C*.

(O professor antes de ministrar as licções de cada pagina do quadro, deve estudar os conselhos relativos ás mesmas afim de tornar proficuas as suas aulas).

(Terceira phase, para a secção *A* de meado de Outubro em deante.)

Pequenos problemas relativos ás quantidades e combinações anteriormente estudadas - *contar, sommar, diminuir, multiplicar e dividir* até 100 (SANTA CATARINA, 1914a, p. 21-25).

Silveira (2013) em suas considerações a respeito da Reforma Orestes Guimarães e dos saberes elementares de aritmética conclui:

[...] a principal orientação da Reforma Orestes Guimarães com relação ao ensino da Matemática se deu através da implantação do método intuitivo em todos os segmentos da vida escolar. [...] A manipulação de objetos didáticos por causa do

método criou a necessidade de aulas práticas dadas como modelos e organizadas nos Grupos Escolares, que no discurso estariam aparelhados com os devidos materiais, apontando que as outras modalidades de escola não tinham este acesso. Para o ensino da Matemática foram comprados pelo estado de Santa Catarina, Mapas do Sistema Métrico, Mapas das Figuras geométricas, Quadros de Parker e caixa com Sólidos Geométricos, todos condizentes com a proposta de lições pelas coisas do método intuitivo. Devido à demanda da educação pelos sentidos, os Quadros de Parker tiveram lugar na reforma como principal material pedagógico para o ensino da Aritmética, ajudando a combater a cultura da memorização da tabuada. De forma gradual, partindo das noções mais gerais para as particulares, da manipulação de objetos para a abstração, este material foi indicado para uso nas salas de aula por um longo período. (SILVEIRA, 2013, p.133)

Os Programas de 1911 e 1914 são marcados pela Pedagogia Moderna, a qual era alicerçada pelo método intuitivo e pelas práticas das “lições de coisas”. Esse novo método no ensino de Aritmética contraria as disposições anteriores que privilegiava a memorização dos saberes, um exemplo dessas novas influências são os Quadros de Parker.

A pedagogia moderna foi difundida na Europa no início do século XIX, tendo como pressuposto a homogeneização dos alunos, onde todos estivessem dentro de uma mesma faixa etária e de um mesmo grau de desenvolvimento escolar, a uniformização e a seriação dos conteúdos. Defendendo o ensino ativo, e criticando o método tradicional, fundamentado na repetição e na memorização. As reformas educacionais no Brasil almejavam a modernidade do ensino, baseada no método do ensino intuitivo da pedagogia moderna. O método do ensino intuitivo atribuía o lugar central do docente no processo de ensino, é baseado na experiência, na observação, nos sentidos que contribuem para o conhecimento.

#### As lições de coisas

[...] eram caracterizadas pela disponibilização de dados sensíveis à observação, indo do conhecido ao desconhecido, do particular ao geral, do concreto experienciado aos conceitos abstratos. [...] o professor precisava preparar antecipadamente as lições e definir uma finalidade de ensino para partir sempre da presença do objeto, ou de sua representação, e despertar o interesse da criança, obtendo sua atenção para progredir nos conhecimentos acerca das coisas” (SOUZA, 2016, p.95).

Os Quadros de Parker são conjuntos de imagens que auxiliam no ensino do conteúdo de aritmética, são considerados materiais concretos e símbolo do método intuitivo, relacionado ao cálculo mental. Representando a forma intuitiva de ensinar a aritmética, dentro da pedagogia moderna do ensino primário.

#### 4. Algumas considerações finais

Neste texto procurou-se analisar as finalidades e objetivos do ensino de aritmética nos anos de 1904 a 1914, período de reforma educacional no estado de Santa Catarina, conhecido como Reforma Orestes Guimarães. Foram utilizados como fontes de pesquisa leis, decretos, resoluções e programas de ensino.

A reforma educacional do início do século XX em Santa Catarina instituiu uma nova cultura escolar baseada na Pedagogia moderna, trazendo um novo método de ensino, o ensino intuitivo. Como também investimentos para o ensino primário, com a construção dos Grupos Escolares, e tornando o ensino obrigatório. Esse movimento de reforma educacional proporcionou um aumento do número de alunos matriculados no ensino primário.

A análise realizada apresentou como se configuram os saberes elementares de aritmética durante esse período de reforma educacional, presentes nos Programas de Ensino de 1911 e 1914. Os Programas de Ensino como podemos perceber são basicamente os mesmos, porém a maior diferença trata-se da inserção, no Programa de 1914, de alguns exemplos problemas que deveriam ser trabalhados pelo professor em sala, com descrição detalhada nos dois primeiros anos, além da inserção de notas dirigidas aos professores. O Regimento Interno dos Grupos Escolares de 1914 institui as compreensões do método intuitivo como orientadoras para o ensino de Aritmética.

Podemos concluir que há um grande esforço dos órgãos governamentais do Estado de Santa Catarina para o processo de modernização do ensino. Esse período é marcado pela adaptação e criação de novas escolas, a formação de professores para lecionarem no ensino primário, e a nova abordagem do método de ensino.

## 5. Agradecimentos

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica (PPGECT), ao Grupo de Pesquisa de História da educação matemática no Brasil (GHEMAT), e ao Professor Dr. David Antonio da Costa.

## 6. Referências

CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Trad. De Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Berthand do Brasil, 1990.

COSTA, Caetano Vieira da. **Relatório de Governo** apresentado ao Exm. Sr Coronel Vidal José De Oliveira Ramos, em 30 de Junho de 1911. Acervo: APESC. Disponível em <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/98987>> Acesso em 25 de novembro de 2015.

COSTA, Caetano Vieira da. **Relatório de Governo** apresentado ao Exm. Sr Coronel Vidal José De Oliveira Ramos, em 31 de Maio de 1912. Acervo: APESC. Disponível em <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99097>> Acesso em 25 de novembro de 2015.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**: ensino publico e politica de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos periodos imperial e republicano. Florianópolis: Secretaria da Educação, c1975. 219p.

GOODSON, Ivor F. **Currículo**: teoria e história. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEME DA SILVA, Maria Célia; VALENTE, Wagner Rodrigues. Uma breve história do ensinar e aprender matemática nos anos iniciais: uma contribuição para a formação. **Educação Matemática Pesquisa**, v. 15, n. 4, 2013.

NÓBREGA, Paulo de. **Ensino público, nacionalidade e controle social**: política oligárquica em Santa Catarina na primeira república 1900-1922. Florianópolis, 2000. viii, 132 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação

POPKEWITZ, T. S. História do Currículo, Regulação Social e Poder. In: T. T. Silva (org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 173-210.

POPKEWITZ, T. S. Trad. Beatriz Afonso Neves. **Reforma educacional: uma política sociológica**: poder e conhecimento em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

REGIS, Gustavo Lebon **Relatório de Governo** apresentado ao Exm. Sr Coronel Vidal José De Oliveira Ramos, em Maio de 1914. Acervo: APESC. Disponível em <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99098>> Acesso em 25 de novembro de 2015.

RICHARD, Gustavo; CUNHA, Honorio Hermetto Carneiro da. **Decreto n. 348**, de 07 de Dezembro de 1907. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122161>>. Acesso em 23 de novembro de 2015.

SANTA CATARINA. **Lei nº 846, 11 out. 1910**. Florianópolis, 1910. Acervo: APESC. Disponível em < <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/101114> >. Acesso em 03 de Julho de 2015.

\_\_\_\_\_. **Programa dos grupos escolares e das escolas isoladas do estado de Santa Catarina.** Decreto nº 587, 22 abril 1911. Joinville: Typ. Boehm, 1911a. Acervo: APESC. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/99196>>. Acesso em 25 de novembro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Regimento Interno dos grupos escolares.** Decreto nº 588, 22 abr. 1911. Gab. Typ. D'<O dia>. Florianópolis, 1911b. Acervo: APESC. Disponível em <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122502>>. Acesso em 25 de novembro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Programa dos grupos escolares e das escolas isoladas do estado de Santa Catarina.** Decreto nº 796, 2 maio 1914. Joinville: Typ. Boehm, 1914a. Acervo: APESC. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105101>>. Acesso em 03 de Julho de 2015.

\_\_\_\_\_. **Regimento Interno dos Grupos Escolares.** Decreto nº 795, 2 maio 1914. 1914b. Acervo: APESC. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105191>>. Acesso em 25 de novembro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Ementário da Legislação de Ensino do Estado de Santa Catarina 1835-1979.** 1980. Florianópolis. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101127>> acesso em 03 de Julho de 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. **Currículo, cultura e sociedade.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 154 p.

SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Vitrines da República: Os Grupos Escolares em Santa Catarina (1889-1930). In: VIDAL, Diana Gonçalves. (Org.). **Grupos Escolares: Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893-1971).** 1 ed. São Paulo: Mercado de Letras, 2006.

SILVEIRA, Rosangela Kirst. **Orientações da reforma Orestes Guimarães na Escola Normal Catharinense.** Florianópolis: UFSC, 2013. 140f. Dissertação (mestrado em Educação Científica e Tecnológica). Universidade Federal de Santa Catarina.

SOUZA, Thuysa Schlichting de. **Entre o ensino ativo e a escola ativa: os métodos de ensino de aritmética nos Grupos Escolares catarinenses (1910-1946).** Florianópolis: UFSC, 2016. 223f. Dissertação (mestrado em Educação Científica e Tecnológica). Universidade Federal de Santa Catarina.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto. **A escola da república: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918).** Campinas: Mercado de Letras, 2011.

VALENTE, Wagner Rodrigues. História da educação matemática: interrogações metodológicas. **REVEMAT** - Revista Eletrônica de Educação Matemática, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 28 - 49. 2007.

VALENTE, Wagner Rodrigues. Oito temas sobre História da educação matemática. **REMATEC**. Revista de Matemática, Ensino e Cultura (UFRN), v. 8, p. 22-50, 2013.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história**; Foucault revoluciona a história. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília (UNB), 1998.